

Alerta Legislação nº 28, de 06 a 11 jul. 2020
Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

**Visite nosso endereço na Internet e conheça
outros produtos da Biblioteca:**

<http://www.bibliotecajuridica.sp.gov.br>

DESTAQUES

Governo Federal
<u>DECRETO Nº 10.417, DE 7 DE JULHO DE 2020</u> Institui o Conselho Nacional de Defesa do Consumidor. <u>DECRETO Nº 10.415, DE 6 DE JULHO DE 2020</u> Institui o Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre o Modelo Único de Avaliação Biopsicossocial da Deficiência.
Governo do Estado de São Paulo
<u>DECRETO Nº 65.056, DE 10 DE JULHO DE 2020</u> Estende a medida de quarentena de que trata o Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020
Prefeitura de São Paulo
<u>DECRETO Nº 59.600, DE 9 DE JULHO DE 2020</u> Autoriza a abertura de parques municipais, bem como a retomada da concessão de autorizações para filmagens e gravações de que trata o Decreto nº 56.905, de 30 de março de 2016.

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
Atos do Poder Executivo - D.O.U.	SUPERIOR
10/07/2020	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 990, DE 9 DE JULHO DE 2020</u> Abre crédito extraordinário, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$ 3.000.000.000,00, para o fim que especifica, e dá outras providências. <u>DECRETO Nº 10.421, DE 9 DE JULHO DE 2020</u> Altera o Decreto nº 10.341, de 6 de maio de 2020, que autoriza o

	emprego das Forças Armadas na Garantia da Lei e da Ordem e em ações subsidiárias na faixa de fronteira, nas terras indígenas, nas unidades federais de conservação ambiental e em outras áreas federais nos Estados da Amazônia Legal.
09/07/2020	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 989, DE 8 DE JULHO DE 2020</u> Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde e da Cidadania, no valor de R\$ 348.347.886,00, para os fins que especifica.
08/07/2020	<u>DECRETO Nº 10.420, DE 7 DE JULHO DE 2020</u> Altera o Decreto nº 9.191, de 1º de novembro de 2017, que estabelece as normas e as diretrizes para elaboração, redação, alteração, consolidação e encaminhamento de propostas de atos normativos ao Presidente da República pelos Ministros de Estado. <u>DECRETO Nº 10.419, DE 7 DE JULHO DE 2020</u> Regulamenta a alínea "e" do § 1º do art. 9º da Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, e altera o Decreto nº 9.013, de 29 de março de 2017, para dispor sobre a inspeção ante <i>mortem</i> e <i>post mortem</i> de animais. <u>DECRETO Nº 10.418, DE 7 DE JULHO DE 2020</u> Regulamenta a verificação do cumprimento das normas gerais de inatividade e pensões do Sistema de Proteção Social dos Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, de que tratam os art. 24-A, art. 24-B e art. 24-C do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, nos termos do disposto no parágrafo único do art. 24-D do referido Decreto-Lei. <u>DECRETO Nº 10.417, DE 7 DE JULHO DE 2020</u> Institui o Conselho Nacional de Defesa do Consumidor. <u>DECRETO Nº 10.416, DE 7 DE JULHO DE 2020</u> Autoriza o uso de videoconferência nas reuniões de colegiados da administração pública federal.
07/07/2020	<u>DECRETO Nº 10.415, DE 6 DE JULHO DE 2020</u> Institui o Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre o Modelo Único de Avaliação Biopsicossocial da Deficiência.
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Atos do Congresso Nacional (CN)	<u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 77, DE 2020</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida

	Provisória nº 964, de 8 de maio de 2020, publicada no Diário Oficial da União no dia 11, do mesmo mês e ano, que "Altera a Lei nº 13.475, de 28 de agosto de 2017, que dispõe sobre o exercício da profissão de tripulante de aeronave, denominado aeronauta", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Congresso Nacional, em 8 de julho de 2020 Senador DAVI ALCOLUMBRE Presidente da Mesa do Congresso Nacional
Atos do Poder Legislativo	<u>LEI Nº 14.024, DE 9 DE JULHO DE 2020</u> Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, para suspender temporariamente as obrigações financeiras dos estudantes beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) durante o período de vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. Mensagem de veto <u>LEI Nº 14.023, DE 8 DE JULHO DE 2020</u> Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para determinar a adoção de medidas imediatas que preservem a saúde e a vida de todos os profissionais considerados essenciais ao controle de doenças e à manutenção da ordem pública, durante a emergência de saúde pública decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. <u>LEI Nº 14.022, DE 7 DE JULHO DE 2020</u> Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e dispõe sobre medidas de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher e de enfrentamento à violência contra crianças, adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência durante a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. <u>LEI Nº 14.021, DE 7 DE JULHO DE 2020</u> Dispõe sobre medidas de proteção social para prevenção do contágio e da disseminação da Covid-19 nos territórios indígenas; cria o Plano Emergencial para Enfrentamento à Covid-19 nos territórios indígenas; estipula medidas de apoio às comunidades quilombolas, aos pescadores artesanais e aos demais povos e comunidades tradicionais para o enfrentamento à Covid-19; e altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, a fim de assegurar aporte de recursos adicionais nas situações emergenciais e de calamidade pública. Mensagem de veto <u>LEI Nº 14.020, DE 6 DE JULHO DE 2020</u> Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; dispõe sobre medidas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020; altera as Leis nºs 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.101, de 19 de dezembro de 2000, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 10.865, de 30 de abril de 2004, e 8.177, de 1º de março de 1991; e dá outras providências. Mensagem de veto <u>LEI Nº 14.019, DE 2 DE JULHO DE 2020*</u> Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre a obrigatoriedade do uso de máscaras de proteção individual para circulação em espaços públicos e privados acessíveis ao público, em

	vias públicas e em transportes públicos, sobre a adoção de medidas de assepsia de locais de acesso público, inclusive transportes públicos, e sobre a disponibilização de produtos saneantes aos usuários durante a vigência das medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da Covid-19. Mensagem de veto (*) <i>Republicação do Art. 3º-B e do Art. 3º F da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, por ter constado incorreção, quanto ao original, no Diário Oficial da União de 3 de julho de 2020, Seção 1.</i>
Presidência da República (PR)	ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO (AGU) → Procuradoria-Geral Federal (PGF) <u>PORTARIA Nº 333, DE 9 DE JULHO DE 2020</u> Regulamenta a transação por proposta individual dos créditos administrados pela Procuradoria-Geral Federal, conforme previsto na Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, e Portaria AGU nº 249, de 8 de julho de 2020. CASA CIVIL (CCPR) → Comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos Impactos da Covid-19 <u>RESOLUÇÃO Nº 7, DE 3 DE JULHO DE 2020</u> Dispõe sobre procedimentos a serem adotados por órgãos e entidades do Poder Executivo federal em relação às solicitações de transporte de equipamentos, medicamentos e insumos para o combate à Covid -19. → Secretaria de Controle Interno <u>PORTARIA Nº 5, DE 2 DE JULHO DE 2020</u> Dispõe sobre a Política de Uso do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares e do Sistema de Gestão de Procedimentos de Responsabilização de Entes Privados no âmbito da Presidência e Vice-Presidência da República.
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)	SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA → Coordenação-Geral de Agrotóxicos e Afins <u>ATO Nº 39, DE 6 JULHO DE 2020</u> O Coordenador-Geral de Agrotóxicos e Afins no uso das suas atribuições legais resolve dar publicidade ao resumo dos registros de produtos técnicos e premisturas concedidos, conforme previsto no Artigo 14 do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002.
Ministério da Cidadania	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA CONJUNTA Nº 5, DE 7 DE JULHO DE 2020</u> Define procedimentos para a utilização da plataforma de contestação extrajudicial relativa aos indeferimentos de requerimentos de auxílio emergencial, previsto na Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, no âmbito da Defensoria Pública da União. <u>PORTARIA Nº 433, DE 6 DE JULHO DE 2020</u> Aprova o Regimento Interno do Conselho Nacional do Esporte.

Ministério da Defesa (MD)	COMANDO DA AERONÁUTICA (COMAER) ↳ Comando-Geral do Pessoal <u>PORTARIA COMGEP Nº 52/1SC2, DE 6 DE JULHO DE 2020</u> Altera a Portaria COMGEP nº 8/DPM, de 3 de fevereiro de 2020, que estabelece os procedimentos de divulgação, inscrição, pré-seleção, seleção, análise e contratação de militares inativos voluntários para atuarem no Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim), no ano de 2020, e dá outras providências.
Ministério da Economia	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 271, DE 10 DE JULHO DE 2020</u> Autoriza o pagamento de equalização de taxas de juros em benefício das empresas cerealistas, nas operações de financiamento a serem contratadas com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES <u>PORTARIA Nº 270, DE 10 DE JULHO DE 2020</u> Autoriza o pagamento de equalização de taxas de juros em financiamentos rurais concedidos no Plano Safra 2020/2021. <u>PORTARIA CONJUNTA Nº 268, DE 9 DE JULHO DE 2020</u> Regulamenta o investimento em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, decorrente de Projetos Tecnológicos com Objetivo de Sustentabilidade Ambiental - PROTECSUS, na área da Amazônia Ocidental e do Estado do Amapá, de que trata o inciso I do § 18 do art. 2º da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991. SECRETARIA EXECUTIVA <u>PORTARIA Nº 15.966, DE 6 DE JUNHO DE 2020</u> Disciplina o procedimento de análise de consultas sobre a existência de conflito de interesses e pedidos de autorização para o exercício de atividade privada no âmbito do Ministério da Economia. SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.963, DE 3 DE JULHO DE 2020</u> Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018, que dispõe sobre o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ). SECRETARIA ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO <u>PORTARIA CONJUNTA Nº 27, DE 7 DE JULHO DE 2020</u> Prorroga os prazos previstos nos art. 1º e art. 2º da Portaria Conjunta nº 22, de 19 de junho de 2020, que dispõe sobre o atendimento dos segurados e beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia do coronavírus (Covid-19) e disciplina o retorno gradual do atendimento presencial nas Agências da Previdência Social. (Processo nº 10128.106029/2020-73). SECRETARIA ESPECIAL DE FAZENDA <u>PORTARIA Nº 16.022, DE 6 DE JULHO DE 2020</u> Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública; da Saúde; e do Desenvolvimento Regional, crédito suplementar no valor de R\$ 61.513.827,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

	SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS <u>INSTRUÇÃO Nº 115, DE 3 DE JULHO DE 2020</u> Estabelece os procedimentos para a reconfiguração do Módulo de Consulta Pública do Sei/Susep.
Ministério da Educação	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 573, DE 3 DE JULHO DE 2020</u> Institui e regulamenta o Comitê Técnico para o Acompanhamento da Política de Educação a Distância da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, e dá outras providências. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP) <u>PORTARIA Nº 430, DE 2 DE JULHO DE 2020</u> Institui a Comissão Assessora de Avaliação da Formação Médica - CAAFM, para realização de atividades referentes às edições do Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos expedidos por Instituições de Educação Superior Estrangeiras - Revalida <u>PORTARIA Nº 429, DE 2 DE JULHO DE 2020</u> Define os Indicadores de Qualidade da Educação Superior referentes ao ano de 2019, estabelece os aspectos gerais de cálculo e os procedimentos de manifestação das Instituições de Educação Superior sobre os insumos de cálculo e divulgação de resultados. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA (SEB) <u>PORTARIA Nº 9, DE 2 DE JULHO DE 2020</u> Define critérios do Programa de Inovação Educação Conectada - PIEC, para repasse de recursos financeiros às escolas públicas de educação básica em 2020.
Ministério do Meio Ambiente	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA <u>PORTARIA Nº 1.546, DE 8 DE JULHO DE 2020</u> Altera o Regimento Interno do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Portaria nº 14, de 29 de junho de 2017.
Ministério da Saúde	AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) – Diretoria Colegiada (DC) <u>RESOLUÇÃO DE DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 398, DE 7 DE JULHO DE 2020</u> Altera a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 355, de 23 de março de 2020, que dispõe sobre a suspensão dos prazos processuais afetos aos requerimentos de atos públicos de liberação de responsabilidade da Anvisa em virtude da emergência de saúde pública internacional relacionada ao SARS-CoV-2. <u>RESOLUÇÃO DE DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 399, DE 7 DE JULHO DE 2020</u> Revoga a alínea "d" do inciso XXX do art. 25 da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 34, de 11 de junho de 2014, que dispõe sobre as Boas Práticas no Ciclo do Sangue, em cumprimento à ordem judicial

Poder Judiciário	SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ) → Conselho da Justiça Federal (CJF) <u>RESOLUÇÃO Nº 641, DE 30 DE JUNHO DE 2020</u> Dispõe sobre o uso e o fornecimento de uniformes e acessórios de identificação visual dos agentes de segurança judiciária do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
11/07/2020	<u>DECRETO Nº 65.056, DE 10 DE JULHO DE 2020</u> Estende a medida de quarentena de que trata o Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020 JOÃO DORIA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, Considerando as recomendações do Centro de Contingência do Coronavírus, instituído pela Resolução nº 27, de 13 de março de 2020, da Secretaria da Saúde; Considerando a necessidade de conter a disseminação da COVID-19 e garantir o adequado funcionamento dos serviços de saúde, Decreta: Artigo 1º - Observados os termos e condições estabelecidos no Decreto nº 64.994, de 28 de maio de 2020 , fica estendida, até 30 de julho de 2020, a vigência: I – da medida de quarentena instituída pelo Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020; II – da suspensão de atividades não essenciais no âmbito da Administração Pública estadual, nos termos do Decreto nº 64.879, de 20 de março de 2020 . Artigo 2º - Este decreto entra em vigor em 15 de julho de 2020.
10/07/2020	<u>LEI Nº 17.267, DE 09 DE JULHO DE 2020</u> Altera a Lei n.º 13.296, de 23 de dezembro de 2008 , que estabelece o tratamento tributário do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA e dá outras providências
08/07/2020	<u>DECRETO Nº 65.051, DE 7 DE JULHO DE 2020</u> Dispõe sobre a Lei nº 17.263, de 30 de abril de 2020 , que autoriza a transferência à Conta Única do Tesouro Estadual de saldos positivos de fundos especiais de despesa, nos termos que especifica, e dá outras providências

SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Governo (SG)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>DELIBERAÇÃO 11, DE 6-7-2020, DO COMITÊ ADMINISTRATIVO EXTRAORDINÁRIO COVID-19</u> O Comitê Administrativo Extraordinário Covid-19, no uso da competência conferida pelo item 1 do parágrafo único do art. 3º do Dec. 64.864-2020, delibera: I - nos termos do Dec. 65.044-2020, o funcionamento de bares, restaurantes e similares, quando ocorrer no interior de "shopping centers", galerias e estabelecimentos congêneres, observará o horário de funcionamento destes últimos, sem prejuízo da adoção dos protocolos sanitários aplicáveis aos primeiros; II - as atividades presenciais no âmbito da educação não-regulada, assim entendida aquela não sujeita a autorização de funcionamento ou avaliação de qualidade pelo Poder Público, deverão cumprir, no tocante à aplicação do Plano São Paulo, instituído pelo Dec. 64.994-2020: a) as restrições de capacidade e horário previstas para o setor de "Serviços"; b) os protocolos sanitários pertinentes à educação regulada. SECRETARIA DE GOVERNO SECRETARIA DA SAÚDE SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SECRETARIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Projetos, Orçamento e Gestão	SÃO PAULO PREVIDÊNCIA (SPPREV) → Diretoria de Benefícios - Servidores Públicos Civis <u>APOSTILA DO DIRETOR, DE 07-07-2020</u> Informando os beneficiários que tiveram a pensão concedida em razão de ordem judicial no período de 01 a 30 de Junho/2020. → Diretoria de Benefícios Militares <u>DESPACHO DO DIRETOR, DE 9-7-2020</u> Exclusão de Habilitação por maioria Ref.: junho - Exercício 2020 → Gerência de Aposentadoria de Civis <u>COMUNICADO CONJUNTO CRHE E SPPREV/DBS - 1, DE 10-7-2020</u> (...) I - Da adequação do sistema SIGEPREV (...)
Procuradoria Geral do Estado (PGE)	ÁREA DE CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO-FISCAL <u>PORTARIA SUBGCTF - 10, DE 10-7-2020</u> Disciplina a atuação em processos físicos durante a vigência do teletrabalho imposto pelo Decreto 64.881/2020

Saneamento e Recursos Hídricos (SSRH)	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS (CRH) <u>DELIBERAÇÃO CRH "AD REFERENDUM" - 237, DE 26-6-2020</u> Aprova a Autoavaliação do Estado referente ao alcance das Metas de Gestão de Águas no âmbito do Sistema Estadual, referentes ao 5º período de certificação (2019) do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas – Progestão
Saúde (SS)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SS-102, DE 10-07-2020</u> Altera os Anexo I e Anexo II, da Resolução SS-77, de 03-06-2020, que institui no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde, em caráter temporário, o Projeto de Voluntários Acadêmicos das Ciências da Área da Saúde, para enfrentamento ao Covid-19 (Novo Coronavírus) e dá providências correlatas <u>RESOLUÇÃO SS - 101, DE 9-7-2020</u> Estabelece a transferência, mediante adesão municipal, de recursos do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde, referente a ações de Atenção Básica à População Privada de Liberdade e dá providências correlatas <u>RESOLUÇÃO SS - 100, DE 6-7-2020</u> Altera o Anexo I, da Resolução SS-73, de 31-05-2020, que dispõe sobre a "classificação das áreas de abrangência dos Departamentos Regionais de Saúde do Estado e respectivas fases", frente a Pandemia COVID 19 e dá providências correlatas <u>RESOLUÇÃO SS-99, DE 06-07-2020</u> Estabelece a transferência de recursos do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde, como incentivo aos municípios relacionados, para o combate ao Aedes aegypti na "Linha de cuidado e rede de assistência para Dengue" e dá providências correlatas <u>COMUNICADO</u> Nota Técnica do Centro de Contingência do Coronavírus, de 03-07-2020 (...) Taxa de ocupação média UTI por município do Estado de São Paulo (26/06 a 02/07) (...)
Segurança Pública (SSP)	POLÍCIA MILITAR DO ESTADO (PMESP) → Corpo de Bombeiros → →Comando do Corpo de Bombeiros (CCB) <u>PORTARIA CCB - 22/800, DE 10-7-2020</u> Dispõe sobre a extensão, no âmbito do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo Covid-19 (Novo Coronavírus), de que trata a Portaria CCB014/800/20, de 24-03-2020
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	CONSELHO UNIVERSITÁRIO (CONSU) → Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão <u>DELIBERAÇÃO CEPE-A-008, DE 07-07-2020</u> Alteração do Calendário Escolar dos Cursos de Graduação da Unicamp

	para o ano letivo de 2020 <u>DELIBERAÇÃO CEPE-A-006, DE 07-07-2020</u> Adequação do Calendário Escolar dos Cursos de Pós-Graduação da Unicamp para o ano letivo de 2020
Universidade Estadual Paulista (UNESP)	REITORIA <u>RESOLUÇÃO UNESP-35, DE 06-07-2020</u> Dispõe sobre a regulamentação, no âmbito da Unesp, das atividades de inovação, propriedade intelectual, transferência de <i>know how</i> e de licenciamento de tecnologia, ambiente de inovação e incubação de empresas de base tecnológica
Publicação DOE Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
11/07/2020	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 455, DE 2020</u> Prevê a concessão de auxílio emergencial para os trabalhadores de aplicativo de entregas. DOE, Legislativo, 11/07/2020, p. 9 TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO - TCE COMUNICADOS COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL <u>COMUNICADO SDG Nº 27/2020</u> O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO COMUNICA que retomará o 24º Ciclo de Debates com Agentes Políticos e Dirigentes Municipais no próximo dia 03 de setembro das 10 às 12 horas. O evento será destinado a todas as Prefeituras da Grande São Paulo e às 20 (vinte) Unidades Regionais e será realizado pelo modo virtual,. O formato é o mesmo do Comunicado SDG 04/2020, ocasião em que poderão ser formuladas perguntas sobre "Os Cuidados com o Último Ano de Mandato", incluindo toda recente legislação editada por conta da Pandemia do COVID - 19. As perguntas deverão ser encaminhadas até o dia 31 de julho através do <i>link</i> http://www.tce.sp.gov.br/ciclo2020. Nesse link haverá formulário a ser preenchido que independe de qualquer identificação. Poderão ser feitas mais de uma pergunta e não serão respondidas questões sobre casos concretos ou situações consumadas. O endereço de acesso a <i>live</i> será: streaming.tce.sp.gov.br/lives. SDG, em 25 de junho de 2020. SÉRGIO CIQUERA ROSSI SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL DOE, Legislativo, 11/07/2020, p. 27
10/07/2020	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 454, DE 2020</u> Autoriza o Poder Executivo a conceder Auxílio Financeiro Emergencial aos prestadores de serviço que realizem transporte escolar de alunos de instituições de ensino públicas ou privadas, até o final do Ano Letivo de 2020 e dá outras providências.

	DOE, Legislativo, 10/07/2020, p. 5 TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO - TCE COMUNICADOS COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA <u>COMUNICADO GP Nº 24/2020</u> O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, COMUNICA a expedição dos ALERTAS de que trata o parágrafo 1º do artigo 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal relativos ao segundo bimestre (RRO) e primeiro quadrimestre (RGF) do ano de 2.020 das Câmaras e Prefeituras Municipais abaixo relacionadas. Cabe esclarecer que as obrigatórias providências tendentes ao restabelecimento do equilíbrio entre receitas e despesas e bem aquelas necessárias à recondução aos limites admitidos para gastos de pessoal estão suspensas em decorrência da legislação editada para o enfrentamento da COVID-19. Importante ressaltar que a fiscalização procederá o exame de cada caso, segundo sua motivação, quando da consequente elaboração do relatório final das contas anuais do ano de 2.020. SISTEMA AUDESP – 1º QUADRIMESTRE 2020 ALERTA AOS PREFEITOS - LC 101/00 (LRF) Art. 59, § 1º, inciso II da LRF - Despesas com Pessoal (...) DOE, Legislativo, 10/07/2020, p. 11 COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL <u>COMUNICADO SDG Nº 25/2020</u> (Reedição – L.C. 173/2020 - Suspensão de pagamentos – Contabilização) O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, tendo em vista as orientações contidas na Nota Técnica SEI nº 25948/2020/ME, da Secretaria do Tesouro Nacional, reedita o Comunicado SDG nº 25, de 2020 e reforça o entendimento acerca da contabilização relacionada às suspensões de pagamentos de obrigações definidas na Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, no sentido que a não execução orçamentária não desobriga o reconhecimento patrimonial do passivo pela sua competência. (...) SDG, em 09 de julho de 2020. SÉRGIO CIQUERA ROSSI SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL (Republicado com inclusão de novas orientações) DOE, Legislativo, 10/07/2020, p. 18
09/07/2020	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 453, DE 2020</u> Dispõe sobre a criação e gestão de um memorial em homenagens às vítimas de covid-19 no Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 09/07/2020, p. 5 <u>PROJETO DE LEI Nº 452, DE 2020</u> Estabelece critérios e condições para destinação de computadores, tablets, celulares e demais dispositivos de informática apreendidos pelos órgãos públicos, autarquias e fundações do Estado. DOE, Legislativo, 09/07/2020, p. 5 <u>PROJETO DE LEI Nº 451, DE 2020</u>

	Prevê a obrigatoriedade de pontos de apoio para trabalhadores de aplicativos de entrega e de transporte individual privado de passageiros nos municípios do estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 09/07/2020, p. 5
08/07/2020	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO - TCE COMUNICADOS COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL <u>COMUNICADO SDG Nº 31/2020</u> (Questionário – Gestão de Enfrentamento do COVID-19) O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO COMUNICA aos responsáveis pelos órgãos públicos abaixo listados, que se encontram em situação de inadimplência quanto ao preenchimento eletrônico do Questionário da “Gestão de Enfrentamento do COVID-19”, relativo ao mês de competência junho/2020, conforme determinação contida no Comunicado SDG nº 21/2020, publicado no DOE de 23.5.2020. Solicitações relativas ao citado Questionário deverão ser encaminhadas pelo canal “Fale Conosco” do Sistema AUDESP, disponível na página https://www4.tce.sp.gov.br/chamados, utilizando-se o seguinte tópico de ajuda: “Gestão de Enfrentamento do COVID-19”. Oportuno registrar que o Questionário deverá ser informado mensalmente até o 3º dia útil do mês, com informações acumuladas até o último dia do mês anterior. O descumprimento das exigências legais, além de ser objeto de apuração em autos específicos, poderá ensejar aplicação da multa prevista no inciso VI do artigo 104 da Lei Complementar Estadual nº 709, de 1993, comunicação ao Ministério Público do Estado, sem prejuízo de outras providências que os eminentes Conselheiros deliberarem na condição de Relatores dos processos de Contas Anuais. SDG, em 07 de julho de 2020. SÉRGIO CIQUERA ROSSI SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL DOE, Legislativo, 08/07/2020, p. 12
07/07/2020	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO - TCE COMUNICADOS COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA <u>ATO GP Nº 10/2020</u> Altera o artigo 1º do Ato GP nº 03/2020, que dispõe sobre a suspensão de expediente nas dependências do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo no exercício de 2020. O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES, no uso de suas atribuições, CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 17.264, de 22 de maio de 2020, que alterou excepcionalmente neste exercício, para 25 de maio, a comemoração do feriado civil de 9 de julho, data magna do Estado de São Paulo, RESOLVE: Artigo 1º Excluir do artigo 1º do Ato GP nº 03/2020, publicado no DOE de 18/02/2020, o dia 9 de julho (Revolução Constitucionalista), cancelada a suspensão de expediente prevista para o dia 10 de julho. Artigo 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação. Publique-se. São Paulo, 3 de julho de 2020. EDGARD CAMARGO RODRIGUES

	PRESIDENTE DOE, Legislativo, 07/07/2020, p. 12
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
10/07/2020	<u>DECRETO Nº 59.600, DE 9 DE JULHO DE 2020</u> Autoriza a abertura de parques municipais, bem como a retomada da concessão de autorizações para filmagens e gravações de que trata o Decreto nº 56.905, de 30 de março de 2016. <u>DECRETO Nº 59.599, DE 9 DE JULHO DE 2020</u> Regulamenta a Lei nº 16.830, de 6 de fevereiro de 2018, que dispõe sobre a instalação de placas de alerta em locais com alta incidência de acidentes de trânsito, no âmbito do Município de São Paulo. <u>DECRETO Nº 59.597, DE 9 DE JULHO DE 2020</u> Dispõe sobre a criação de centro municipal de educação infantil. (...) Art. 1º Fica criado o Centro Municipal de Educação Infantil Tremembé, integrante do Centro Educacional Unificado Tremembé, localizado na Rua Adauto Bezerra Delgado, 94, Distrito Jaçanã/Tremembé, vinculado à Diretoria Regional de Educação Jaçanã/Tremembé, da Secretaria Municipal de Educação. (...) <u>DECRETO Nº 59.596, DE 9 DE JULHO DE 2020</u> Dispõe sobre a criação de centro municipal de educação infantil. (...) Art. 1º Fica criado o Centro Municipal de Educação Infantil Coreto de Taipas, integrante do Centro Educacional Unificado Coreto de Taipas, localizado na Rua João Amado Coutinho, 240, Distrito Jaraguá, vinculado à Diretoria Regional de Educação Pirituba/Jaraguá, da Secretaria Municipal de Educação (...) <u>DECRETO Nº 59.595, DE 9 DE JULHO DE 2020</u> Dispõe sobre a criação de centro municipal de educação infantil. (...) Art. 1º Fica criado o Centro Municipal de Educação Infantil Pinheirinho D'Água, integrante do Centro Educacional Unificado Pinheirinho D'Água, localizado na Rua Camilo Zanotti, 92, Distrito Jaraguá, vinculado à Diretoria Regional de Educação Pirituba/Jaraguá, da Secretaria Municipal de Educação (...) <u>DECRETO Nº 59.594, DE 9 DE JULHO DE 2020</u> Dispõe sobre criação de Centro Municipal de Educação Infantil. (...) Art. 1º Fica criado o Centro Municipal de Educação Infantil São Miguel, integrante do Centro Educacional Unificado São Miguel, localizado na Rua Mário Dallari, nº 170, Distrito de São Miguel, vinculado à Diretoria Regional de Educação São Miguel, da Secretaria Municipal de Educação. (...)
09/07/2020	<u>DECRETO Nº 59.587, DE 8 DE JULHO DE 2020</u> Revoga a previsão de suspensão de expediente, e respetiva compensação de horas, referente ao dia 10 de julho de 2020, nas repartições públicas municipais da Administração Direta, Autárquica e Fundacional.

--	--

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Mauro Sérgio Nascimento da Silva
maurosilva@sp.gov.br

Silvio Tadeu Brígido
sbrigido@sp.gov.br

Edson Prates
eprates@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

(11) 2193-8107 e 2193-8144

ccivil@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor solicitar cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107